

ESCOLA PÚBLICA

CORREIO BRAZILIENSE

Propostas para coibir violência na Ceilândia

Marcelo Abreu
Da equipe do Correio

Riscar, de uma vez por todas, a violência do quadro-negro das escolas da Ceilândia. Com esse objetivo, depois de seis longas reuniões, que começaram em agosto, a comissão de diretores das escolas públicas da cidade entregou ontem, pela manhã, o relatório final com propostas de combate à violência nas unidades de ensino da Fundação Educacional do Distrito Federal. Hoje, o documento será encaminhado à Secretaria de Segurança e ao governador Cristovam Buarque.

A idéia de discutir o assunto e propor alternativas partiu dos promotores e voluntários da organização não-governamental (ONG) Casa da Justiça e Cidadania da Ceilândia e contou com o apoio de um policial do Batalhão Escolar, que deu subsídios técnicos ao trabalho.

O documento contendo as propostas de combate à violência foi entregue ao diretor da Divisão de Ensino da cidade, Orlando Alencar, ao comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar, coronel Person, ao tenente Feitosa, comandante do Batalhão Escolar, e ao administrador da Ceilândia, José Eudes.

PROPOSTAS

Dentre as muitas propostas, consta treinamento específico, da-

do pela Fundação Educacional em parceria com o Corpo de Bombeiros, para vigilantes. Nesse treinamento, os profissionais aprenderiam noções de primeiros socorros e de combate a incêndios e teriam aulas sobre direitos humanos.

A criação de uma estratégia de trabalho cooperativo, entre polícia, escola e comunidade, com vistas a uma integração mais eficiente, é outra sugestão proposta pela comissão.

Há, ainda, a idéia da implantação de um sistema de comunicação por rádio entre as unidades de ensino, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. Por fim, a comissão propôs a criação permanente, em cada unidade de ensino, não só da Ceilândia, mas de todas as outras escolas públicas do DF, de representantes da Fundação para avaliar o trabalho preventivo de segurança.

“Não tenho dúvida de que, se todos esses pontos propostos pela comissão forem implantados, a violência nas escolas diminuirá”, aposta o promotor Francisco Leite, presidente da Casa da Justiça e da Cidadania.

Mas o promotor adverte: “Para que as propostas virem realidade será necessário, sobretudo, vontade política do governo em querer assumir o problema.” E conclui: “Além do governo, a comunidade é o maior agente de segurança do cidadão.”